

ISAÍAS CARLOS FUEL, ELIAS DJIVE & BENILDE MATSINHE

isaiasfuel@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0292-8702>

eliasdjive@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8913-4202>

benilde.matsinhe@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0002-0947-0116>

Escola Superior de Jornalismo, Maputo, Moçambique

COLONIALIDADE DO SABER: UMA LETURA DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DECOLONIAIS NO PROGRAMA CANAL ZERO

RESUMO

Após a independência, em 1975, o processo de descolonização em Moçambique andou de mãos dadas com o estabelecimento do socialismo que defendia a ideologia do “homem novo”. O audiovisual foi desde cedo um veículo de divulgação de ideias do Moçambique pós-independente, através dos ecrãs, o programa *Canal Zero* seguiu como marca informativa para comunidades rurais, onde a pauta principal sempre foi as conquistas do Governo. Na contemporaneidade, o conceito de “vulnerabilidade” é amplamente explorado, principalmente quando associado à pobreza. Nesta pesquisa, à luz do discurso de uma agenda política de transformação e inovação da agricultura em Moçambique, fazemos uma análise socio-semiótica do uso do termo “vulnerabilidade” nas produções do programa *Canal Zero* que visa a mudança social com foco nas comunidades rurais, a maioria das quais se encontra em condições socioeconómicas desfavoráveis. A visualização do programa e abordagens teóricas da América Latina, através de Walter Mignolo, e da Europa, através de Boaventura de Sousa Santos, no que diz respeito às epistemologias do Sul, conduziram a discussão. O artigo reflete sobre o que significa decolonialidade em relação aos debates sobre a percepção de vulnerabilidade. Quem é vulnerável? O que é vulnerabilidade? E, por que consideramos os agricultores vulneráveis? Por fim, procuramos descrever como o programa *Canal Zero* se apropria de práticas coloniais na produção e difusão de conteúdos. Os dados analisados, preliminarmente, demonstram uma tentativa de comunicação pretensamente decolonial, mas que ainda está ligada à colonialidade do conhecimento, como reflexo da ciência social moderna e da dependência do país do ocidente.

PALAVRAS-CHAVE

colonialidade do conhecimento; comunicação decolonial; decolonialidade; vulnerabilidade; agricultura

ABSTRACT

After the independence in 1975, the decolonization process in Mozambique went hand in hand with the establishment of socialism that advocated the ideology of a “new man”. The audio-visual was early a vehicle for disseminating ideas of post-independent Mozambique. Through the screens, the show *Canal Zero* followed as an informational brand for rural communities, where the main agenda has always been the achievements of the Government. In contemporary times, the concept of “vulnerability” is widely explored, especially when associated with poverty. In this research, in the light of the discourse of a political agenda of transformation and innovation of agriculture in Mozambique, we make a socio-semiotic analysis of the use of the term “vulnerability” in *Canal Zero* show productions, which aims at social change focusing on rural communities, most of which are in unfavorable socioeconomic conditions. The discussion is guided by the *Canal Zero* program and theoretical approaches from Latin America, with Walter Mignolo, and Europe, with Boaventura de Sousa Santos, regarding the epistemologies of the South conducted the discussion. The article reflects on what decoloniality means in relation to the debates on the perception of vulnerability. It discusses who is vulnerable? What vulnerability is? And why we categorize farmers as vulnerable? Finally, we try to describe how the *Canal Zero* show appropriates colonial practices in the production and dissemination of content. The preliminary analysis of the data demonstrates an attempt at an allegedly decolonial communication, but which is still linked to the coloniality of knowledge, as a reflection of modern social science and the country’s dependency on the West.

KEYWORDS

coloniality of knowledge; decolonial communication; decoloniality; vulnerability; agriculture

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é fazer uma análise crítica decolonial do discurso veiculado no programa *Canal Zero*, a partir da análise das edições que abordam a problemática da vulnerabilidade das comunidades no sector agrícola, em Moçambique, no período de 2022 e 2023. Recorremos a uma pesquisa qualitativa, na medida em que visa compreender o modo como as instituições constroem os significados através dos textos (Jacks, 2022). Assim sendo, nesta pesquisa, a metodologia utilizada para a análise das edições do programa *Canal Zero* é a análise de discurso. Optamos por trabalhar com as edições disponibilizadas na plataforma YouTube, que são acessíveis a qualquer indivíduo em qualquer ponto, pois acreditamos que as edições disponibilizadas nesta plataforma constituem um potencial para

reflexão como nos assegura Jacques Rancière (2000/2005), ao afirmar que toda a realidade para ser pensada necessita de ser ficcionada. Ficcinar a realidade é criar condições para reflexão sobre essa realidade.

Em Moçambique, a questão da agricultura é central pela relevância que este sector tem nas comunidades. Assim sendo, o objectivo deste artigo é questionar as narrativas veiculadas pelo programa *Canal Zero*, um programa do Instituto de Comunicação Social (ICS), uma instituição pública com foco na difusão de informações para as comunidades rurais com dificuldades de acessá-las através dos *media* tradicionais.

O questionamento é inspirado na teoria decolonial, através de autores latino-americanos, portugueses e africanos, a destacar Walter Dignolo (2010), Ramón Grosfoguel (2008), Arturo Escobar (2007), Boaventura de Sousa Santos (2009) e Last Moyo (2020). Optamos pela teoria decolonial, pois entendemos que o pensamento difundido pelas edições do *Canal Zero*, nesta temática, tem marcas de uma visão contaminada pela colonialidade do saber.

O presente artigo tem, na primeira parte, um breve histórico sobre a situação da agricultura em Moçambique, onde ressaltamos o papel que a comunicação social desempenha na visibilização e mobilização das comunidades para as boas práticas. A segunda parte foca na teoria decolonial, discutindo a necessidade de se decolonizar os *media* públicos em Moçambique. Ainda nesta segunda parte, discutimos o conceito de “vulnerabilidade”. Por fim, apresenta-se a análise de discurso das edições do *Canal Zero*, destacando a relação entre colonialidade do saber e *media*.

COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: *MEDIA* E NARRATIVAS AGRÍCOLAS

Moçambique é, historicamente, o país mais afectado pelos desastres naturais na África Austral. De acordo com dados do Relatório Mundial Sobre os Desastres, mais de 8.000.000 de moçambicanos foram afectados pelas calamidades naturais nos últimos 20 anos, nomeadamente nas décadas de 80 e 90. De acordo com a base global de dados sobre os desastres, Moçambique registou um total de 53 calamidades nos últimos 45 anos — 1,17 em média, por ano (Direção Nacional de Gestão Ambiental, 2005).

A situação é mais preocupante, pois o meio rural onde a maior parte da população se encontra é caracterizado pela forte relação com a natureza, voltada, principalmente, para a produção agrícola e com forte dependência dos serviços urbanos (Favareto & Berdegué, 2018; Freitas et al., 2012). A

marginalização rural está geralmente associada a essa localização geográfica remota, à dominância do sector primário (agricultura), precariedade de infraestruturas em termos de estradas e serviços públicos, que acabam impactando nas transações económicas (Bock, 2015). A existência de infraestruturas de qualidade é fundamental para dinamizar um conjunto de actividades praticada pelos residentes, incluindo agricultura, e a aproximação entre o meio rural e urbano, influenciando nos sistemas de comercialização entre os dois espaços e contribuindo para o desenvolvimento rural.

Todavia, a agricultura moçambicana é caracterizada por muitos desafios, resultando em baixa produção e produtividade. Essa actividade é praticada, maioritariamente, por agricultores do sector familiar com recursos bastante limitados. Os serviços de extensão rural têm uma cobertura muito fraca, influenciada por insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos. Os agricultores não têm recursos suficientes para adotar certas tecnologias, adaptadas às condições económicas, sociais e agro-geológicas. Portanto, as técnicas devem ser socialmente desenvolvidas, envolvendo os agricultores de cada região, sendo a tecnologia social uma importante alternativa (Marassiro et al., 2021).

Em adição aos constrangimentos acima referidos, a ausência ou a ineficiência de infraestruturas, como estradas e armazéns de conservação de grão e outros meios de conservação de produtos agrários, têm contribuído negativamente para o desenvolvimento do meio rural. Essa situação aumenta quanto mais for a distância entre a cidade e o meio rural, impactando nos custos de transacção. A maior parte dos agricultores moçambicanos comercializa os seus excedentes, logo após a colheita na porta da unidade de produção e a preços mais baixos, influenciados pela fraca capacidade de armazenamento e excesso de necessidades básicas. Essa situação tende a colocar os agricultores em desvantagem e, de alguma maneira, excluídos do processo de desenvolvimento (Marassiro et al., 2021).

Pensadores deste campo argumentam, ainda, que os serviços disponibilizados funcionam com certa descoordenação institucional, limitações orçamentárias e de recursos humanos. Parte do orçamento é proveniente das organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Essa dependência em recursos tem impactado no acesso a esses serviços pelos agricultores. Por exemplo, em 2015 apenas cerca de 4,3% dos agricultores do sector familiar recebeu visitas de extensionistas, 0,4% beneficiou de crédito para as actividades relacionadas com agricultura e cerca de 5% usou fertilizantes químicos (Guanziroli & Guanziroli, 2015). Salientam que apesar do melhoramento da estratégia agrária verificado no

Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário, este pode ser melhorado de várias maneiras. Primeiro, o plano estratégico deveria fazer a ligação entre a agricultura e a promoção de actividades não agrárias, como forma de reduzir a vulnerabilidade à ocorrência de calamidades naturais, tais como secas e cheias (Cunguara et al., 2011). O conceito contrastante ao de “vulnerabilidade” é o de “resiliência”, através do qual as pessoas têm a capacidade de reter os seus bens e manter o seu bem-estar e subsistência face à adversidade.

Embora os constrangimentos acima identificados, o Governo de Moçambique dá uma atenção especial às estratégias que visam a intensificação sustentável da agricultura do sector familiar, que é responsável pelo uso de mais de 95% do total de terras agrícolas. Esta estratégia, que objectiva melhorar a integração de culturas e pecuária, é fundamental e vital para a sustentabilidade da agricultura familiar. Isso traz como recompensa maior produção agrícola e melhoria do bem-estar geral das terras agrícolas dos camponeses, especialmente em províncias como Tete e Manica, que apresentam alto potencial agropecuário (Rainde et al., 2015).

É dentro da preocupação do Governo moçambicano que funciona o ICS, uma instituição pública criada em 1977, como Gabinete de Comunicação Social. Esta instituição serviu, nos primeiros anos de vida, como marco do início da tentativa de ensaio dos primeiros passos de uso de meios de comunicação social para a comunicação comunitária. Esta instituição deixou de ser um projecto para se assumir como ICS, em 1989. O ICS inicia o seu projecto com a instalação nas aldeias comunais de programas de escuta comunitária, usando o sistema de alto-falantes. Esta infraestrutura foi instalada no dia 21 de outubro de 1977, na aldeia comunal de M'tamba, em Cabo Delgado. Outras aldeias comunais abrangidas pelo projecto inicial foram: aldeia comunal 25 de Setembro de Meconta, Nampula, e aldeia comunal 3 de Fevereiro, no distrito de Limpopo, Gaza. A partir da segunda fase, que se inicia a 1980 até 1996, há uma necessidade de expansão dos centros de comunicação social. Nesta fase, o projecto atingiu 30 aldeias comunais.

O ICS veicula informações através de rádio, jornal e televisão. No que concerne à televisão, objecto da análise deste artigo, para além de serviços de produção e gravação de *spots* promocionais, ela tem o espaço *Canal Zero*, objecto desta pesquisa, um programa que passa na Televisão de Moçambique, a televisão pública e com maior cobertura. O programa tem, na Televisão de Moçambique, uma duração de 30 minutos semanais. O *Canal Zero* surge em 1980, numa primeira fase como programa *Campo e Cidade* e, em 1984, assume a atual designação de *Canal Zero*. O programa

veicula conteúdos numa linguagem simples e objectiva, onde aborda temáticas sobre questões de carácter social, económico e cultural da vida rural e urbana do país. Este serve como uma janela aberta do Governo para visibilizar os feitos do mesmo.

ABORDAGENS TEÓRICAS: DECOLONIALIDADE DO SABER NA VIRAGEM EPISTÊMICA

A discussão sobre a necessidade da descolonização de saberes parte do pressuposto da existência de uma *colonialidade* de saber que deve ser questionada e, por assim dizer, produzirem-se *epistemes* subalternas no contexto da *colonialidade*. Tal pressuposto vai na linha de um conjunto de procedimentos e de validação de conhecimentos considerados científicos e universais quando, numa análise crítica, nada mais é senão a instituição da ciência a partir de um olhar eurocêntrico.

Nesse processo de decolonialidade do saber, encontram-se vários autores que adoptam designações, por vezes, diferentes, mas com o mesmo propósito de busca por um pensamento alternativo à ocidentalização da produção do conhecimento científico. Desses autores, destacam-se Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses, Last Moyo, só para mencionar alguns. Desses, iremos tomar as abordagens de alguns que respondem aos objectivos do nosso estudo.

Walter Mignolo (2017) traz-nos uma distinção entre dois conceitos-chave, para a melhor compreensão do que seria a decolonialidade do saber. Para o autor, a colonialidade estabelece uma estreita relação com a retórica da modernidade e a respectiva violência dos povos, para responder aos projectos de salvação, progresso e satisfação da felicidade. Em oposição a esse projecto da modernidade, a “descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 13). Do ponto de vista epistemológico, o autor explica que,

o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas *epistemes* ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.). Não é que as *epistemes* e os paradigmas estejam alheios ao pensamento decolonial. Não poderiam sê-lo; mas deixaram de ser a referência da legitimidade epistêmica. (Mignolo, 2017, p. 15)

Um ponto importante da recusa à subjugação de outros saberes/epistemologias como menores ou marginais em relação ao pensamento ocidental está relacionado com o discurso científico que acompanha os conceitos produzidos na modernidade, cujo nó da discórdia, como afirma Mignolo (2017), está em considerar esses conceitos como universais quando, rigorosamente, “estes conceitos não são universais; nem sequer são globais. São regionais e, como tais, têm o mesmo valor de qualquer outra configuração e transformação regional do conhecimento” (p. 24). Ora, se há esta constatação desses conceitos naturalizados como universais e globais, então é legítimo considerar que haja outros conceitos e saberes de outras regiões fora do ocidente que precisam de ser reconhecidos e valorizados. A questão que surge é: qual é o estatuto que é dado a esses outros saberes ora subalternizados pela modernidade e sua colonialidade?

Uma das respostas à questão acima pode ser encontrada em diversos livros e artigos científicos de Boaventura de Sousa Santos, especificamente no projecto das epistemologias do Sul. Numa das suas obras mais recentes, intitulada *O Fim do Império Cognitivo*, o autor explica que,

se a ciência ocidental moderna foi um instrumento-chave para a expansão e a consolidação da dominação moderna, questioná-la a partir da perspectiva das epistemologias do Sul implica questionar o seu carácter colonial (que produz e esconde a linha abissal criadora de zonas de não-ser), o seu carácter capitalista (a mercantilização global da vida através da exploração de dois não-bens de consumo: o trabalho e a natureza) e o seu carácter patriarcal (a desvalorização dos corpos, das vidas e do trabalho social das mulheres com base na desvalorização do seu ser social). (Santos, 2019, p. 161)

Pelo que se pode depreender do acima exposto, Sousa Santos (2019) pontua os factores determinantes na génese da colonialidade do saber: o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado. Estes três aspectos também estão presentes nas abordagens da decolonialidade do saber trazida por Walter Mignolo (2017), ainda que nem sempre faça referência categórica e explícita como sucede nas epistemologias do Sul. Quando Mignolo aborda a necessidade de um novo modelo de pensar que se deve desvincular de etiquetas como “moderno”, “pós-moderno”, “altermoderno”, “ciência newtoniana”, “teoria quântica”, “teoria da relatividade”, remete-nos a essas categorias que caracterizam a ciência moderna feita segundo os moldes ocidentais, proposta esta que iremos encontrar no projecto das epistemologias do Sul.

Retomando as epistemologias do Sul, o seu precursor, Boaventura de Sousa Santos (2019), esclarece que este projecto intelectual requer um trabalho teórico e prático em duas dimensões, positiva e negativa, sendo que:

a dimensão negativa consiste no desenvolvimento desconstrutivo das raízes eurocêntricas das ciências sociais modernas com base nas quais a sociologia das ausências pode ser empreendida. A dimensão positiva tem dois aspectos: por um lado, temos a produção do conhecimento científico voltado para a interação com outros tipos de conhecimentos nas ecologias de saberes que a luta social requer, por outras palavras, aberto a ser validado pelo duplo critério de confiança (...); por outro lado, temos a identificação, reconstrução e validação de saberes não-científicos, artesanais, que surgem em lutas contra a dominação ou que nelas são utilizados. (p. 162)

Estas duas dimensões (positiva e negativa), empreendidas numa perspectiva desconstrutivista, têm em vista recuperar o conhecimento e as experiências dos sujeitos que, no mundo moderno alicerçado no colonialismo, não tiveram a possibilidade de ser reconhecidos. E, dito isto, não seria equívoco considerar que os povos africanos fazem parte de um repertório de conhecimento e práticas que precisam deste exercício de resgate epistemológico abordado pelos autores acima, dado o facto de ter sido um continente, em grande parte, colonizado por vários séculos.

Alinhado a este debate, Santiago Castro-Gómez (2005), no seu texto “Ciências Sociais, Violência Epistêmica e o Problema da ‘Invenção do Outro’”, associa-se a outros autores que fazem uma crítica àquilo que consideram “patologias da ocidentalização” do conhecimento científico. Escreve o autor:

a modernidade é uma máquina geradora de alteridades que, em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vida concretas. A crise atual da modernidade é vista pela filosofia pós-moderna e os estudos culturais como a grande oportunidade histórica para a emergência dessas diferenças largamente reprimidas. (Castro-Gómez, 2005, p. 87)

Ao reflectirmos sobre o lugar dos saberes africanos na produção do conhecimento científico, Mudimbe (1988/2013), na sua obra intitulada *A Invenção da África*, na parte introdutória, esclarece que “o que a noção

de condições de possibilidade indica é que os discursos não têm apenas origens socio-históricas, mas também contextos epistemológicos. É este último aspecto que os torna possíveis e que pode para eles contribuir de uma forma essencial” (p. 8). E é esta imbricação entre as condições socio-históricas e contextos epistemológicos que nos fazem afirmar, mais uma vez, que os países africanos têm na decolonialidade do saber um espaço de reinvenção, senão resgate, dos saberes através do que Boaventura de Sousa Santos (2002, 2019) designa de “diálogo de saberes”, que tenciona ser uma alternativa à monocultura do saber, baseada na ocidentalização do conhecimento científico.

Edgar Morin (2000) corrobora as abordagens dos autores acima no que concerne à oposição ao pensamento único, ao explicar que “a racionalidade não é uma qualidade da qual a civilização ocidental teria o monopólio” (p. 24), dado que todos os sujeitos, independentemente das suas condições socio-históricas (espaço e tempo), são dotados de capacidade de pensar e produzir saberes. Portanto, é neste prisma que Maria Paula Meneses (2020) vai afirmar que “a exclusão das realidades e experiências do outro lado da linha é tal que tudo o que elas revelam sobre o mundo da vida e da cultura é considerado sem valor ou com valor residual, local e contextual” (p. 1073).

Gayatri Chakravorty Spivak (1988) também explora a “violência epistémica”, na crítica intitulada “Can the Subaltern Speak?” (Pode o Subalterno Tomar a Palavra?), ao analisar os discursos de Foucault e de Deleuze que, na sua opinião, projectam o conhecimento eurocêntrico aos países do terceiro mundo. Considerando que o pensamento académico ocidental é produzido para apoiar os seus interesses económicos, Spivak avança a ideia de “neutralização do outro”, do subalterno, do colonizado com vista à inviabilização, silenciamento e retirada de qualquer possibilidade de representação como ilustra a citação abaixo:

algumas das críticas mais radicais provenientes de fora do Ocidente, hoje, são o resultado de um desejo de conservar o sujeito Ocidental, ou o Ocidente como sujeito. A teoria dos “efeitos-sujeito” pluralizados dá a ilusão de marginalizar a soberania subjetiva, enquanto tenta ocultar a cobertura deste tema do conhecimento. (Spivak, 1988, p. 66)

Todo este debate de ideias sobre a subalternização de saberes do mundo não ocidental leva-nos de volta à necessidade da decolonialidade do saber, que é o nosso escopo teórico, neste estudo.

COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÓNICA

Ao pretender abordar a comunicação contra-hegemónica, partimos do pressuposto discutido no tópico anterior, que consistiu em pensar a produção do conhecimento científico para além do hegemónico. Embora na decolonialidade do saber se tenha em vista confrontar o pensamento ocidental, a nossa convicção é a de que a hegemonia se faz presente em todas as esferas, à semelhança do binómio centro/periferia, que são iminentes a relações de poder em toda a vida em sociedade. Deste modo, no contexto moçambicano, assim como no continente africano, no geral, a discussão do confronto entre práticas hegemónicas e contra-hegemónicas demanda um exercício de reflexão que, no presente estudo, está direcionado aos processos comunicativos.

Segundo Muniz Sodré (2008), o conceito de “contra-hegemonia” corresponde a uma atitude teórica e prática que busca contrapor o hegemónico, na prática da comunicação. Por essa razão, para o autor, a luta contra-hegemónica faz parte das quatro características de uma comunicação comunitária, sendo que as outras três são: vulnerabilidade jurídico-social, identidade *in nascendi*, e estratégias discursivas. A comunicação contra-hegemónica, desde a sua génese, tem como propósito preparar sujeitos subalternos e subalternizados para se engajarem na transformação social da sua condição. Essa transformação social tem a possibilidade de existência sobretudo em contextos comunitários, em que as práticas e experiências compartilhadas ganham espaço através dos veículos de comunicação, também, comunitários.

E, sobre este carácter dos veículos comunitários, reforçando uma das características avançada acima por Muniz Sodré, Raquel Paiva (2007) faz referência aos oito pilares da comunicação comunitária, dos quais um deles é a perspectiva contra-hegemónica, segundo a qual a comunicação comunitária constitui uma força contra-hegemónica no campo comunicacional, visto que “significa reconhecer, em primeira instância, que toda a produção midiática situa-se no campo da produção hegemónica, no sentido que lhe conferiu António Gramsci” (p. 138). Ao invocar o autor italiano, Paiva faz jus ao precursor deste conceito, que nos ajuda a perceber como se dá a relação entre dominantes e dominados, nas trocas simbólicas.

Na mesma discussão das práticas contra-hegemónicas da comunicação comunitária, Denis Moraes (2010) argumenta que “os veículos ocupam posição distintiva no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemónica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses” (p. 61).

Deste modo, é a partir dos mesmos veículos que os sujeitos devem procurar compreender como a hegemonia funciona para, em contrapartida, agir segundo suas preocupações, que não estejam a ser reconhecidas nem respondidas no âmbito do poder instituído, ou seja, hegemónico.

Numa comunicação que está ancorada na lógica hegemónica, exerce-se um controlo ideológico que, como explica Denis Moraes (2010), o “controlo ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais” (p. 68). Ora, este controlo ideológico referido pelo autor tem como seu lugar privilegiado os *media* hegemónicos, sendo que os comunitários, em bom rigor, não seriam demandados pelos discursos que visam o controlo ideológico. Todavia, seria tremendo engano concordar com essa premissa, visto que a dominação ocorre em várias esferas e a todos os níveis da sociedade. Sendo assim, é lícito afirmar que os *media* comunitários estão susceptíveis a serem usados como aparelhos ideológicos do Estado, na acepção de Louis Althusser (1970/1983), dentre outros agentes dos quais a máquina ideológica de um Estado se serve.

É reconhecendo os *media* como um espaço político de visibilizações, contradições, de consensos e de resistência na contemporaneidade, onde as deferentes colonialidades, como acima mencionado, têm espaço, que Last Moyo (2020) argumenta que há uma urgente necessidade de os decolonizar. Todavia, devemos entender que decolonizar os *media* não significa não ensinar os aspectos importantes do ocidente que julgamos importantes para o crescimento das sociedades africanas, mas, sim, que devemos colocar o acento tónico no lugar do conhecimento africano, pois as estruturas produzidas pela coerência disciplinar nos obrigam a pensar de maneiras muito particulares sobre a vida, a morte e a liberdade. Na mesma linha de pensamento, Nicholas Mirzoeff e Jack Halberstam (2018) afirmam que:

descolonizar o currículo dos *media* significará, então, pensar fora das lógicas de liberdade estabelecidas pelas classes escravistas. Significará romper com a lógica disciplinar usada para centrar as formas euro-americanas de conhecimento. Isso significará lidar com os fundamentos materiais da produção de conhecimento. E assim, lembre-se de que a sua instituição provavelmente repousa sobre terras roubadas e pode-se ter beneficiado do trabalho de pessoas roubadas. (p. 123)

Neste caso, para Denis Moraes (2010), uma acção contra-hegemónica “significa reorientar as percepções sobre o mundo vivido e combater

as racionalidades hegemônicas, vislumbrando o presente como passível de ser alterado por ações concatenadas e convincentes” (p. 73). Importaria procurar compreender de que forma o *Canal Zero* do ICS, nosso objecto de estudo, faz essa reorientação das percepções sobre o mundo vivido em relação à temática de “vulnerabilidade” na vertente da prática agrícola. O mesmo autor afirma:

um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder. (Moraes, 2010, p. 73)

Mais uma vez, reforçamos a nossa reflexão, no caso do programa *Canal Zero* do ICS, em como esse almejado pensamento contra-hegemônico consegue contribuir para a alteração das relações de poder entre os agricultores locais (artesanais) e as lógicas do poder, que se ajustam à lógica do mercado capitalista apregoada pela globalização.

PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE “VULNERABILIDADE”

Se relacionarmos a vulnerabilidade com a pobreza, podemos tomar o entendimento de Amartya Sen (1999/2010), quando afirma que a pobreza não é somente uma baixa renda, mas a privação das capacidades básicas para prover o necessário. Essas capacidades, no estudo em causa, estão relacionadas com os meios de produção demandados pelos agricultores, bem como com o conhecimento e o mercado necessário para colocar os seus produtos, sem descurar as necessidades da subsistência alimentar.

O conceito de “vulnerabilidade”, segundo Marandola Jr. e D’Antona (2020), pode ser abordado em diversas perspectivas, no contexto dos direitos humanos, no âmbito da saúde, no enfoque social, no âmbito dos riscos naturais e ambientais, no âmbito das ameaças químicas, bem como no âmbito da teoria da dependência. No entanto, no presente estudo, este conceito é abordado enquanto vulnerabilidade social, mas sem perder de vista outras categorias de vulnerabilidades, que, de certa forma, estão interligadas. Referem Macedo e Kublikowski (2009):

a vulnerabilidade social das pessoas, famílias ou comunidades é então entendida como uma *conjugação de fatores* [ênfase acrescentada] que pode afetar o nível de bem-estar

das pessoas, famílias ou comunidades e que resulta em uma exposição maior ao risco. Trata-se, assim, de uma noção multidimensional, pois a vulnerabilidade pode afetar pessoas, grupos e comunidades em diferentes planos de seu bem-estar, de formas diferentes e em diferentes intensidades, estando relacionada a capacidade dos envolvidos de controlar os recursos requeridos para o aproveitamento de oportunidades propiciadas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. (p. 692)

Na definição acima, ressaltamos a ideia de conjugação de factores que concorrem para a vulnerabilidade social, que vai ao encontro da ideia segundo a qual nenhum tipo de vulnerabilidade está relacionado a um único factor, assim como os seus efeitos, que tendem a ser de múltiplas dimensões sobre pessoas de forma individual e colectiva. No mesmo entendimento da definição de “vulnerabilidade social”, Morais et al. (2012) referem:

por vulnerabilidade social entende-se o resultado negativo da relação entre disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso a estrutura de oportunidades sociais, económicas e culturais oriundas do Estado, do mercado e da sociedade. (p. 119)

Esta definição, ao pontuar a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos, no nosso entender, vai na direcção dos argumentos de Amartya Sen (1999/2010), quando afirma que a pobreza tem que ver com a privação de capacidades básicas para prover o necessário. Dessas necessidades básicas especificam-se algumas que concorrem para a vulnerabilidade social, como:

a consideração de aspectos como baixa escolarização, relações familiares violentas ou conflituosas, ausência ou insuficiência de recursos financeiros e serviços de saúde, além de poucas perspectivas profissionais e de futuro, constituem-se, portanto, enquanto fatores individuais, coletivos e contextuais que configuram o que se chama de vulnerabilidade social. (Farias & More, 2011, p. 597)

Numa das dimensões voltadas para os desastres naturais, que, aliás, são um dos problemas recorrentes em Moçambique nos últimos tempos, sobretudo os que são motivados pelas mudanças climáticas, Cutter (2011) vai definir a “vulnerabilidade social” como “o conceito que traduz

a propensão da população para os impactos negativos dos perigos e dos desastres” (p. 62), o que permite compreender como os riscos e as perdas provocadas por esses desastres podem estar distribuídos.

Para Rachel Waterhouse (2010) existem três dimensões analíticas do conceito “vulnerabilidade”: falta de defesa interna, exposição a riscos externos e a choques, e a exclusão social e discriminação. Estas três dimensões analíticas remetem-nos para a necessidade de criação de condições de defesa e mitigação de actos de exclusão e discriminação que as pessoas socialmente vulneráveis sofrem, por inacção de quem deve prover essa segurança, a partir de políticas públicas e infraestruturas adequadas à redução de possíveis riscos de vulnerabilidade.

O termo vulnerabilidade carrega em si a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e avaliar em que medida essas pessoas têm acesso a tudo isso. Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. (Adorno, 2001, p. 12)

Do que pontuamos da caracterização da vulnerabilidade feita acima, salta-nos à vista, à semelhança das abordagens feitas anteriormente, a ideia de condições estruturais que devem ser criadas por quem deve prover os cidadãos, de modo a que os impactos de diferentes desastres causem menores danos nas pessoas. Deste modo, a vulnerabilidade não deve ser vista como motivação inerente (intrínseca) ao sujeito que por ela passa, mas que é causada por factores externos a si.

Efectivamente, a decolonialidade do saber, a comunicação contra-hegémónica e o conceito de “vulnerabilidade” constituem as nossas ferramentas teóricas de análise dos processos comunicativos do programa *Canal Zero* do ICS nas temáticas relacionadas à prática agrícola.

UMA ANÁLISE DECOLONIAL DOS DISCURSOS DAS EDIÇÕES DO CANAL ZERO EM RELAÇÃO À VULNERABILIDADE AGRÍCOLA MOÇAMBICANA

Recordamos que este artigo coloca acento tónico na identificação da colonialidade presente no discurso jornalístico do programa *Canal Zero* do ICS. A pesquisa pretende demonstrar que nos *media* públicos há diferentes dimensões coloniais de cunho económico, político e cultural na produção do saber, embora os órgãos públicos moçambicanos assentem numa narrativa do “homem novo”, uma narrativa popularizada entre 1975 e 1990. Deste modo, é dispensável trazer, de forma detalhada, esta categoria revolucionária. O nosso foco está no diálogo de saberes, na decolonialidade e na contra-hegemonia do fazer comunicacional.

O artigo centra-se no *Canal Zero*, do ICS, pois é uma instituição pública criada em 1977, dentro de uma ideologia que assenta na veiculação da informação para as zonas rurais com dificuldades no acesso a informações dos *media* tradicionais. Situação que continua, ainda hoje, embora com a instalação de muitas rádios comunitárias. O programa *Canal Zero* foi o primeiro programa produzido para atender as comunidades e um dos programas que serve para visibilizar as acções do Governo e para promover a sua ideologia.

Durante os anos de 2022 e 2023 foram seleccionadas nove edições disponíveis no YouTube, a destacar: a edição de 2 de outubro de 2022, que aborda o aniversário do ICS e a malária na zona norte do país; a edição de 16 de outubro de 2022, sobre a bolsa de mercadorias que assina um memorando de entendimento com a Associação IDEIAS e, ainda, sobre jovens de Marromeu, que apostam no empreendedorismo; a edição de 5 de fevereiro de 2023, que trata o tema da capacitação de jornalistas em matéria de fenómenos meteorológicos; a edição de 12 de fevereiro de 2023, que se foca nas estratégias de apoio do Governo às pessoas carenciadas, na província de Niassa; a edição de 21 de maio de 2023, sobre acções com vista a incentivar homens e mulheres a aderirem ao processo de alfabetização e educação de adultos na localidade Cumbana, no distrito de Jangamo, na província de Inhambane.

Passaremos de seguida a apresentar as edições do *Canal Zero* que obedecem ao perfil do estudo e das características que o artigo exige.

A edição de 22 de maio de 2022 trata da visita do Presidente do Conselho de Administração da Eletricidade de Moçambique ao ICS e sobre o potencial agrícola do distrito de Matutuine. A comunidade deste distrito tem a agricultura de subsistência como uma das formas para a sua sobrevivência. Todavia, o distrito tem os desafios das infraestruturas necessárias

para dinamizar todo o processo para o desenvolvimento desta actividade. Para responder a estes desafios, o Governo e parceiros estão a desenvolver estratégias para garantir a segurança alimentar. Como afirma Ananias Rongo, técnico do Serviço Distrital de Actividades Económicas, “o Governo está a reabilitar os sistemas de regadios de Massacane, numa área de 80 hectares, numa primeira fase reabilitou 40 hectares”.

Esta edição, ao veicular o esforço do Governo com os seus parceiros para empoderar as comunidades de conhecimento de forma a melhorar a agricultura, revela o conhecimento de que a vulnerabilidade resulta da indisponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, como argumenta Morais et al. (2012). Esta situação está relacionada com a insuficiência de recursos financeiros. A este respeito a secretária da Associação de Massacane, em Matutuine, Cecília Boaventura explica: “[a produção] está a nos ajudar, porque agora conseguimos pagar as despesas em casa e levamos as crianças para a escola. Todavia, o que nos falta são os medicamentos para matarmos as pragas do arroz”.

Neste discurso, acima, da participante Cecília Boaventura, observam-se marcas da colonialidade do saber, pois as comunidades são apenas parceiros finais, isto é, as comunidades sempre, ou quase sempre, são chamadas para serem treinadas para melhorar a sua performance e nunca coprodutores de saber na resolução dos problemas. São estas formas de agir que levam Muniz Sodré (2008) a argumentar que a comunicação contra-hegemónica deve preparar os sujeitos subalternos e subalternizados para se engajarem na transformação social da sua condição. E, esse engajamento, no nosso entender, só se materializa quando a participação é efectiva, no sentido de as comunidades beneficiarem dos programas e projectos de desenvolvimento local que lhes dizem respeito. É com o envolvimento efectivo que as comunidades (sujeitos individuais e colectivos) têm espaço para falar e agir por si, e não através de sujeitos hegemónicos, baseados em conhecimento, também, hegemónico, que falam por eles.

A edição de 21 de agosto de 2022 aborda a “Feira Internacional de Moçambique” e a produção de gergelim, milho, batata-doce, mapira e arroz como culturas centrais, no distrito de Mopeia. O distrito tem quatro regadios, mas só um é que está a funcionar. Para além da agricultura de subsistência, as comunidades dedicam-se à pesca artesanal. Estas comunidades enfrentam dificuldades em escoar a sua produção por causa das estradas que se encontram em estado avançado de degradação. Como uma das soluções, o Governo está a potenciar as comunidades nas técnicas de irrigação e transferência de tecnologias com vista ao desenvolvimento do

distrito. Esta transferência de tecnologia é suportada pelos extensionistas que empoderam de conhecimento as comunidades ao treiná-las para melhorarem suas vidas através da elevação da produção e da produtividade.

Este é um acto a ser estimulado, no entanto, não fica claro, na peça de reportagem, em que momento os treinados são envolvidos, não como sujeitos passivos para consumirem conhecimento extra-local, mas como actores do processo, contribuindo com o seu conhecimento local. Também não fica claro qual foi a base que terá ditado a selecção dos conteúdos do treinamento, tendo em conta o que os respectivos sujeitos desejam como conhecimento em falta.

Ainda sobre a edição discutida acima, a ideia de treinar e equipar as comunidades remete-nos para as críticas de Walter Mignolo (2017), quando argumenta que a modernidade muitas vezes mascara a violência sobre os povos não ocidentais. As tecnologias agrícolas que são levadas pelos extensionistas trazem a ideia de modernização agrícola, mas podendo estar a praticar violência epistémica sobre essas comunidades ao não envolvê-las na identificação das suas necessidades, bem como nas possíveis soluções que revestem seus saberes locais. O nosso posicionamento não é contrário às tecnologias para a prática da agricultura, muito menos contra o treinamento, porque tal entendimento significaria condenar essas comunidades à estagnação. O pensamento que deve vingar, nestas situações, é de interação de saber, com vista a desbançar a hegemonia do conhecimento científico ocidental, como se fosse o único válido, como rebate Boaventura de Sousa Santos (2017).

Esta situação contribui para que as comunidades africanas representem e considerem o seu conhecimento como inútil. Acreditamos que, de todo o conhecimento produzido, a sua eficácia depende de várias camadas que devem ser colocadas em acção para o seu sucesso como um todo.

A edição de 11 de dezembro de 2022 aborda a questão do projecto *Micaia* que visa o desenvolvimento das comunidades através da mobilização e transformação dos recursos localmente disponíveis na província de Manica. Este projecto âncora visa estimular as comunidades e as organizações da sociedade civil no uso dos recursos disponíveis para o melhoramento das suas vidas, como argumenta o assistente do projecto Leonildo Mateus. Acrescenta este que o projecto objectiva:

a valorização dos recursos existente nas comunidades, mas antes é importante que as comunidades mudem a mentalidade da comunidade na medida em que possam

participar activamente naquilo que contribui para o seu desenvolvimento. Hoje nas comunidades existem recursos como tempo, matéria prima e as comunidades ignoram a existência desses recursos e procuram outro tipo de soluções que as vezes não é fácil.

Este posicionamento remete-nos às práticas contra-hegemónicas, na medida em que as comunidades são estimuladas a usar os seus recursos para responderem aos diversos desafios enfrentados. Recurso aqui pode ser visto como bens materiais e bens simbólicos. Este argumento é suportado por Muniz Sodré (2008), ao afirmar que a comunicação contra-hegemónica tem como propósito preparar sujeitos subalternos e subalternizados para se engajarem na transformação social da sua condição. Pode-se acrescentar que essa transformação social tem espaço nos contextos rurais, onde as práticas e experiências compartilhadas através dos *media* ganham vida, pois o acesso à informação usando outros meios é escasso devido à situação vulnerável em que as pessoas se encontram.

A edição de 15 de janeiro de 2023 aborda a produção e comercialização agrícola em Vanduzi-Sede e Matsinho, na província de Manica. O distrito é descrito como tendo um potencial para o desenvolvimento da agricultura, produzindo, deste modo, várias hortícolas para fornecer a vários mercados.

Recorrendo à agricultura tradicional/familiar, moderna e mecanizada, estes projectos são suportados pela agência do Vale do Zambeze. Destacam-se como culturas centrais o milho e a batata reno. Estas culturas são promovidas pela agência do Vale do Zambeze, que criou um campo de ensaio, onde as comunidades adquirem conhecimentos sobre a produção. Como explica Gilberto Nhantumboali, “existem vários ensaios onde as comunidades aprendem sobre a profundidade, tamanho, espaço e adubação”.

Está evidente nesta edição a presença de sinais da colonialidade do saber, pois o campo de ensaio não contém conhecimento local. Acreditamos que decolonizar as questões de agricultura em África não significa descartar todo o conhecimento ocidental, como aponta Last Moyo (2020), mas, sim, tomar o conhecimento produzido pelas comunidades africanas como central na tomada de decisões. Todavia, pensamos que estratégias endógenas de financiamento são necessárias para que os projectos deste tipo de natureza não desapareçam com o fim do financiamento das agências internacionais, como acontece com muitos projectos em Moçambique.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das edições seleccionadas do programa *Canal Zero* permitiu-nos tecer diferentes pensamentos sobre categorias de “vulnerabilidade”, “comunicação contra-hegemónica” e “diálogo de saberes”. Por um lado, temos edições que demonstraram haver pouca preocupação com a participação das respectivas comunidades em programas e projectos relacionados com agendas de desenvolvimento dos seus lugares. Nessas edições, recorre-se a paradigmas alicerçados em modernidade, concorrendo para a violência epistémica e simbólica dessas comunidades. Essas situações podem comprometer as intenções e os resultados esperados nessas acções, porque as ausências de motivações intrínsecas podem colocar em causa o engajamento dos potenciais beneficiários, por não se identificarem com as causas que estão na sua origem.

Noutras edições analisadas, pelo contrário, constatou-se haver preocupação com o envolvimento das comunidades, fazendo com que os seus membros participassem nos projectos e programas que dizem respeito às suas vidas.

REFERÊNCIAS

- Adorno, R. C. F. (2001). *Capacitação solidária: Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social*. Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária.
- Althusser, L. (1983). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (J. Ramos, Trad.). Editorial Presença/Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1970)
- Bock, B. B. (2015). Rural marginalisation and the role of social innovation; A turn towards nexogenous development and rural reconnection. *Sociologia Ruralis*, 56(4), 552–573. <https://doi.org/10.1111/soru.12119>
- Castro-Gómez, S. (2005). Ciências sociais, violência epistémica e o problema da “invenção do outro”. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas* (pp. 80–87). Clacso.
- Cunguara, B., Langyintuo, A., & Darnhofer, I. (2011). The effect of nonfarm incomes in reducing drought vulnerability and rural poverty in southern Mozambique. *Agricultural Economics*, 42(6), 701–713. <https://doi.org/10.1111/j.1574-0862.2011.00542.x>
- Cutter, S. L. (2011). A ciência da vulnerabilidade: Modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (93), 59–69. <https://doi.org/10.4000/rccs.165>

- Direção Nacional de Gestão Ambiental. (2005). *Avaliação da vulnerabilidade das mudanças climáticas e estratégias de adaptação*. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.
- Escobar, A. (2007). *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Fundación Editorial el perro y la rana.
- Farias, R., & More, C. O. O. (2011). Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(3), 596–604.
- Favareto, A., & Berdegué, J. (2018). Mudanças globais e locais – Implicações para o futuro do enfoque territorial do desenvolvimento rural na América Latina. In M. V. Perafan, C. Grisa, I. P. Tartaruga, & C. R. Miranda (Eds.), *Gestão e dinâmicas de desenvolvimento territorial* (pp. 29–54). Editora CRV.
- Freitas, A. F. de, Freitas, A. F. de, & Dias M. M. (2012). Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. *Revista Administração Pública*, 46(6), 1575–1598. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000600008>
- Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 115–147.
- Guanziroli, C. E., & Guanziroli, T. (2015). Modernização da agricultura em Moçambique: Determinantes da renda agrícola. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53, 115–128. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790053s01009>
- Jacks, N. (2022). Reflexos, reflexividade, refração: Consequências de uma escolha! *MATRIZES*, 16(3), 185–198. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i3p185-198>
- Macedo, R. M. S., & Kublikowski, I. (2009). Valores positivos e desenvolvimento adolescente: Perfil de jovens paulistanos. *Psicologia em Estudo*, 14(4), 689–698.
- Marandola, Jr., E., & D'Antona, A. O. (2020). Vulnerabilidade: Problematizando e operacionalizando o conceito. In R. Carmo & N. Valencio (Eds.), *Segurança humana no contexto dos desastres* (pp. 45–61). Rima Editora.
- Marassiro, M. J., Oliveira, M. L. R. de, & Pereira, G. da P. (2021). Family farming in Mozambique: Characteristics and challenges. *Research, Society and Development*, 10(6), e22110615682.

- Meneses, M. P. (2020). Desafios à descolonização epistêmica: Práticas, contextos e lutas para além das fraturas abissais. *Contemporânea*, 10(3), 1067–1097. <https://doi.org/10.31560/2316-1329.v10n3.10>
- Mignolo, W. (2010). *Desobediencia epistémica: Retorica de la modernidade, logica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Del Signo.
- Mignolo, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, 1(1), 12–32.
- Mirzoeff, N., & Halberstam, J. (2018). Decolonize media: Tactics, manifestos, histories. *Cinema Journal*, 57(4), 120–123.
- Moraes, D. de. (2010). Comunicação, hegemonia e contra-hegemônica: A contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, 4(1), 54–77. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>
- Morais, N. A., Raffaelli, M., & Koller, S. H. (2012). Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 118–136.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (C. da Silva & J. Sawaya, Trads.). Cortez.
- Moyo, L. (2020). *The decolonial turn in media studies in Africa and the Global South*. Palgrave Macmillan.
- Mudimbe, V. Y. (1988). *A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento* (E. Alves, Trad.). Editora Vozes. (Trabalho original publicado em 2013)
- Paiva, R. (2007). Para reinterpretar a comunicação comunitária. In R. Paiva (Ed.), *O retorno da comunidade: Os caminhos do social* (pp. 133–148). Mauad X.
- Rainde, J. O., Homann, S., Vilela, F., Quembo, C., Assane, F., Gule, C., Senda, T., & Masikati, P. (2015). *Intensificação sustentável da agricultura do sector familiar na região centro de Moçambique: Os benefícios de uma melhor integração da agricultura e pecuária - Projecto MOREP*. International Crops Research Institute for Semi-Arid Tropics. https://oar.icrisat.org/9025/2/Flyer_%20Sustainable_Portuguese.pdf
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível. Estética e política* (M. C. Netto, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 2000)
- Santos, B. de S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237–280. <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

- Santos, B. de S. (2009). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. de S. Santos & P. Menezes (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23–71). Edições Almedina.
- Santos, B. de S. (2019). *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. Autêntica.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade* (L. Motta & R. Mendes, Trans.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1999)
- Sodré, M. (2008). Apresentação. In R. Paiva & C. H. R. Santos (Eds.), *Comunidade e contra-hegemonia: Rotas de comunicação alternativa* (pp. 7–8). Mauad X.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271–313). Macmillan.
- Waterhouse, R. (2010). Vulnerabilidade em Moçambique: Padrões, tendências e respostas. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Eds.), *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique* (pp. 99–119). Instituto de Estudos Sociais e Económicos.